

A comunicação como ciência básica tardia: uma hipótese para o debate¹

Luiz Antonio Signates Freitas

Resumo

Este trabalho indaga que tipo de ciência é (ou pode ser) a comunicação, aventando a hipótese de, em face de avaliações epistemológicas e de contexto histórico-social, constituir-se como uma ciência básica tardia.

Para isso, investiga-se a classificação das ciências no Brasil e o posicionamento da comunicação como ciência social aplicada, examinando o conflito sobre a definição das subáreas no interior do campo e com a Capes, como uma tensão entre a apreensão teórico-científica e a profissionalizante da comunicação.

Em seguida, busca-se avaliar até que ponto a comunicação pode ser considerada uma ciência aplicada, em contraste com as categorias que definem as ciências básicas. Por fim, lança-se a hipótese que intitula este trabalho, com base nas evidências de que o desenvolvimento da comunicação tem aspectos de ciência básica e nas profundas alterações das relações sociais trazidas pela emergência das tecnologias de comunicação, sobretudo a internet, e seus modos de ser e viver.

Palavras-Chave

Epistemologia da comunicação. Comunicação: ciência aplicada. Comunicação: ciência básica.

Afinal, não se escapa da prisão da disciplina saltando seus muros, mas derrubando seus falsos limites territoriais, sejam eles de natureza filosófica, epistemológica, metodológica e linguística ou simples convenções da prática acadêmica e burocrática. (Jayme Paviani, 1993)

A busca pela especificidade científica da comunicação tem a ver com várias dimensões da reflexão intelectual, pois percorre desde os problemas relacionados ao campo, discutíveis a partir de alguma sociologia da ciência, até as questões tipicamente epistemológicas, como aquelas que determinam o objeto e o método e configuram as delimitações conceituais e teóricas da área de conhecimento. A problemática deste ensaio diz respeito a várias dessas abordagens, seja pelas origens da busca pelas respostas consistentes, seja pelas repercussões que envolvem as hipóteses colocadas em perspectiva.

O questionamento em pauta pode ser sintetizado na seguinte pergunta-problema: **que tipo de ciência é (ou pode ser) a comunicação?** E, a partir desta indagação central, avanta-se uma hipótese, a fim de colocá-la em discussão inter pares: **em vista de suas características**

Luiz Antonio Signates Freitas

Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, Brasil. Professor Assistente II da Universidade Federal de Goiás (Goiânia, Goiás, Brasil). E-mail: signates@gmail.com

teóricas e epistemológicas, bem como do contexto comunicacional das sociedades contemporâneas, a comunicação arregimenta peculiaridades de uma *ciência básica tardia*.

Trata-se de um debate tipicamente epistemológico, no sentido que Samain (2001) empresta a esta palavra, ao pluralizar o vocábulo na forma do que ele denomina as “epistemologias locais”, definidas dentro de um espectro de discussão que não se limita ao debate típico da epistemologia, como parte da filosofia que estuda o conhecimento.

Não há dúvida de que a epistemologia, ou a filosofia da ciência, é a área dos estudos metateóricos sobre as questões específicas do conhecimento e de seus fundamentos e faz parte do campo da filosofia, como uma de suas subdivisões, além dos estudos de ontologia e ética. Para Samain (2001), contudo, há no meio acadêmico uma impressionante multiplicidade de “epistemologias”, que não se resumem à filosofia das ciências específicas, mas dizem respeito também a toda sorte de busca por conhecimento com base em algum objeto teórico específico (assim, segundo o autor, há uma epistemologia da identidade, uma epistemologia do tempo etc.).

Esse uso liberal e mais genérico do termo *epistemologia* é, sem dúvida, o que tem sido utilizado como fundamento da ementa do GT “Epistemologia da Comunicação”, da Compós,

desde que foi criado. É o que, entre outras conclusões, pode-se constatar do estudo feito recentemente por Martino (2014) sobre os textos apresentados até hoje ao GT, os quais percorrem uma diversidade que vai desde o debate tipicamente epistemológico (as condições de construção do saber em comunicação), até o teórico (conceituação e delimitações do fenômeno comunicacional) e o sociológico (configurações do campo científico da comunicação no Brasil). O que está em jogo no debate deste grupo na Compós parece ser não apenas o conhecimento da comunicação, mas também a afirmação da identidade do campo científico ante o quadro das ciências em geral.

A indagação sobre o “tipo de ciência” parece ser uma dessas que transita nos diferentes lugares epistêmicos. Trata-se de uma questão de ordem política, pois tem a ver com a colocação da comunicação no âmbito das ciências em geral e, nesse sentido, com as políticas de investimento para a pesquisa. É uma discussão teórica, uma vez que a definição tipológica tem relação com a natureza específica do objeto, como se verá a seguir, ao longo do trabalho. E, por fim, tem sentido epistemológico, na medida em que se trata de discutir a racionalidade com a qual os pesquisadores da área definem e tratam o objeto da comunicação.

Para operacionalizar a discussão sobre essa temática, este trabalho efetua, inicialmente, um rápido estudo sobre a situação atual da comunicação no quadro das ciências em geral do Brasil, tomando como corpus o histórico da tabela de classificação das áreas do conhecimento, sustentada hoje pelo CNPq e pela Capes.

Em seguida, é feita a crítica do modo como a comunicação é referenciada nesse quadro e, a partir dos fundamentos desse questionamento, busca-se identificar um novo padrão, a partir do qual a comunicação pode ter alterado o seu status de ciência e reposicionar-se face aos avanços epistemológicos estabelecidos.

1. Comunicação como área do conhecimento

Toda classificação, por mais fundamentada, é sempre arbitrária, jamais absoluta e serve a propósitos vinculados aos que a constroem ou dela se utilizam. A classificação das ciências não é uma exceção, por constituir um dos *habitus* da comunidade científica, no sentido de Bourdieu (2005).

As classificações científicas têm propósitos úteis, que as tornam, se não indispensáveis, ao menos necessárias. Rosely Souza sintetiza esse caráter de utilidade em duas características, referindo-se às tabelas de áreas do conhecimento, como a que temos no Brasil. “A classificação transforma impressões sensoriais isoladas e incoerentes em objetos reconhecíveis e padrões recorríveis”

(SOUZA, 2004, p. 2). Assim, segundo a autora, a classificação científica opera como referência identitária aos grupos de conhecimento e os pesquisadores em geral e, além disso, torna possível a recuperação ou a localização temática, na medida em que serve à biblioteconomia em seus propósitos de organização da literatura científica. Nesse sentido, conforme a autora, “não há substituto à classificação” (Op. Cit..).

A tabela brasileira de classificação das áreas do conhecimento declara, logo na apresentação, sua

finalidade prática, objetivando proporcionar às Instituições de ensino, pesquisa e inovação uma maneira ágil e funcional de sistematizar e prestar informações concernentes a projetos de pesquisa e recursos humanos aos órgãos gestores da área de ciência e tecnologia (CAPES, 2014).

Nesse caso, a finalidade prática compreende, ao mesmo tempo, a gestão e a avaliação das políticas públicas de ciência e tecnologia (político administrativo), a sistematização da informação científica (informacional remissivo) e a representação ou a caracterização dos objetos científicos do conhecimento (epistemológico) (SOUZA, 2004).

Contudo, o propósito de sistematização de dados não é suficiente para explicar sequer sua lógica, isto é, porque as ciências são ordenadas de uma e não de outra forma. Isso porque, sem dúvida, uma classificação constitui sobretudo uma decisão política. As classificações e categorias constituem construtos sociais, que espelham as perspectivas

e posições de poder dos que estão nelas envolvidos ou interessados (MATEUS, 2013). Será, contudo, Pierre Bourdieu quem melhor especificará a natureza política das técnicas e definições. Para o sociólogo francês, política e técnica são dimensões interdependentes.

Uma análise que tentasse isolar uma dimensão puramente 'política' nos conflitos pela dominação do campo científico seria tão radicalmente falsa quanto o *parti pris* inverso, mais frequente, de considerar apenas as determinações 'puras' e puramente intelectuais dos conflitos científicos (...). Reciprocamente, os conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos, de modo que uma pesquisa sobre o poder no campo científico poderia perfeitamente comportar somente questões de tipo epistemológico. (BOURDIEU, 1976, p. 90)²

É nesse quadro complexo, de derivações epistemológicas e sociológicas, ao mesmo tempo, que se observa a condição do campo científico da comunicação no Brasil, cujo reconhecimento é bastante recente no país.

A classificação brasileira das áreas de conhecimento, até alguns anos atrás, era pautada no ordenamento das seções de comunicação da Reunião Anual da SBPC. A primeira vez que a temática da comunicação foi considerada nesse evento foi em 1976 (SOUZA, 2004, p. 12), presente na Seção 5, dedicada às Ciências do Homem,

no item 5.7, relativo às “Artes e Comunicação”, e, da mesma forma, repete-se na Reunião Anual de 1984. Será somente em 2001 que a SBPC distinguiu a comunicação como campo próprio, separando-o das artes. A tabela CNPq/CAPES prosseguiu dentro dessa tradição de inclusão paulatina e estabeleceu a comunicação dentro da Grande Área “Ciências Sociais Aplicadas” e no interior da Área de Avaliação “Ciências Sociais Aplicadas I”, na condição de Área do Conhecimento em identidade de valor com Museologia e Ciência da Informação.

As 13 subdivisões ou subáreas da comunicação constituem um ponto interessante de análise, para se avaliar o modo como a comunicação é percebida pela comunidade científica:

- TEORIA DA COMUNICAÇÃO
- JORNALISMO E EDITORAÇÃO
- TEORIA E ÉTICA DO JORNALISMO
- ORGANIZAÇÃO EDITORIAL DE JORNAIS
- ORGANIZAÇÃO COMERCIAL DE JORNAIS
- JORNALISMO ESPECIALIZADO
(COMUNITÁRIO, RURAL, EMP. CIENTIF)
- RÁDIO E TELEVISÃO
- RADIODIFUSÃO
- VIDEODIFUSÃO
- RELAÇÕES PÚBLICAS E PROPAGANDA

2 Une analyse qui essayerait d'isoler une dimension purement «politique» dans les conflits pour la domination du champ scientifique serait aussi radicalement fausse que le *parti-pris* inverse, plus fréquent, de ne retenir que les déterminations «pures» et purement intellectuelles des conflits scientifiques (...) Réciproquement, les conflits épistémologiques sont toujours, inséparablement, des conflits politiques c'est ainsi qu'une enquête sur le pouvoir dans le champ scientifique pourrait parfaitement ne comporter que des questions d'allure épistémologique.

- COMUNICAÇÃO VISUAL
- PROGRAMAÇÃO VISUAL
- DESENHO DE PRODUTO

Da análise circunstanciada dessa subdivisão, algumas características são dignas de nota:

- a) trata-se de uma classificação que privilegia os aspectos técnico-profissionais da formação em comunicação, com elevado privilégio para as temáticas do jornalismo. Das 13 subáreas, cinco (38,5%) citam explicitamente o jornalismo, enquanto as formações profissionais distintas, como Relações Públicas e Publicidade, encontram-se reunidas num único verbete, esta última sob a denominação de “propaganda”;
- b) a classificação demonstra ainda uma percepção prioritária da comunicação pela via das tecnologias implicadas nos meios (impresso, subsumido nos jornais; rádio e televisão), o que implica tanto o tecnicismo que impera no senso comum, quanto o obnubilamento da comunicação como relação, como compartilhamento simbólico de sentidos, o que constitui, no mínimo, um anacronismo em relação ao pensamento científico produzido pela própria área há anos;
- c) além disso, a classificação fundamenta-se numa visão da comunicação como uma atividade de mercado, o que apareceu explícito em verbetes como “organização comercial de jornais” e “desenho de produto”, mas

que se revela implícito em todo o modo de organização das categorias;

d) e, por fim, restou claro que a possibilidade de apreensão da comunicação como área científica de estudos comparece minoritariamente e generalizada na palavra “teoria”, seja em “teoria da comunicação”, seja em “teoria e ética do jornalismo”.

Em síntese, a visão institucionalizada da comunicação é quase estritamente instrumental e mercadológica, ignorando praticamente toda a crítica teórica, filosófica e epistemológica, que vem sendo construída pelo campo nas últimas décadas. Não abrange, essa percepção, sequer os avanços teóricos do conceito de comunicação construídos por outros campos em interface, como a sociologia (como em Thompson), a linguística (em suas várias abordagens, desde a teoria dos atos de fala até as análises conversacional e de discurso), a semiótica (como em Peirce ou Barthes), ou a filosofia social (como em Habermas e Luhmann).

As classificações científicas nem sempre funcionam. A que classifica a comunicação, a cada dia, deixa de fazer sentido diante do avanço dos estudos teóricos e epistemológicos da comunicação. Eis por que o corolário dessa análise parece óbvio: **a classificação das áreas do conhecimento no Brasil não percebe a comunicação como uma ciência, e sim como habilidade ou, na melhor das hipóteses,**

como conhecimento aplicado (no sentido de aplicação de conhecimentos múltiplos e pouco definidos, e não de um saber autônomo levado à prática).

De sorte que sequer este trabalho teria um verbete em que pudesse ser acolhido, dentro da área, tendo, talvez, que ser acolhido em outra grande área, como na Grande Área de “Ciências Humanas”, na Área da Filosofia, subárea “Epistemologia”. Desse modo, perderia sua especificidade como um trabalho voltado para uma “epistemologia local” e não para a discussão fundamentadora da ciência e do pensamento, no plano filosófico. Alternativamente, poderia ser localizado na Área da Sociologia, dentro daquela mesma Grande Área, desta vez como “Sociologia do conhecimento”, enfrentando, contudo, a pesada controvérsia de não ser este artigo um trabalho sociológico. E assim por diante.

Evidentemente, esta é uma situação que tem fortes razões históricas. Em sua tese doutoral, Richard Romancini (2007) efetua extensa análise da classificação da Comunicação na tabela das áreas do conhecimento, pontuando, inclusive, as controvérsias estabelecidas dentro do próprio campo. Após admitir a “marca ‘habilitacional’ ou ‘profissionalizante’ dada aos estudos da área, no início, na medida em que as subáreas refletem cursos específicos de graduação”, esse pesquisador relata as diferentes propostas

discutidas e afinal enviadas ao CNPq. Destas, devido ao espaço possível para este trabalho, analisaremos apenas duas.

A primeira classificação destacada é a que Romancini (2007, p. 193) denomina a Classificação de Lopes, Braga e Samain³, formulada no âmbito da Compós, cuja conformação alteraria completamente a visão até hoje estabelecida:

COMUNICAÇÃO (área)

1. Teoria e Epistemologia da Comunicação (*subárea*)
2. Estudo de Meios
3. Práticas de Comunicação
4. Estudos Interpretativos e Semióticos
5. Estudos de Recepção
6. Sociabilidade, Subjetividade e Comunicação
7. Comunicação e Cultura
8. Comunicação, Arte e Literatura
9. Comunicação, Ciências Humanas e Filosofia
10. Comunicação e Ciências Sociais Aplicadas

Anos depois, um dos autores principais dessa proposta, o Professor José Luiz Braga, justificou, em um texto sobre a constituição do campo da comunicação, a lógica interna de formulação da tabela construída (BRAGA, 2011). Além da inserção do conceito de “epistemologia”, na subárea reservada à discussão teórica, as demais subáreas abrangeriam a diversidade

temática dos produtos científicos da área, com muito maior amplitude, substituindo a visada profissionalizante e tecnicista ainda prevalente. A formulação, contudo, não foi consensual nos debates interpares, fazendo aparecer uma divisão entre os que defendiam uma categorização mais relacionada aos estudos acadêmicos da área e os que advogavam a continuidade da tabela em vigor, com a sugestão de apenas expandir as subáreas (o que depois não foi admitido pelo próprio CNPq).

Recentemente, o próprio Braga, em diálogo com o autor deste trabalho, ressaltou a relevância, para uma compreensão da dinâmica intertemática da área de comunicação, das divisões dos GTs da Compós, que, sem dúvida, a classificação das ciências nem de longe contempla. Ainda, faz aparecer uma disjunção epistemológica significativa entre graduação e pós-graduação no campo brasileiro dos estudos da comunicação.

Após as lutas internas e, pelo menos, uma rejeição de proposta pelo CNPq, a tabela enviada trouxe um quadro mais enxuto, porém menos acadêmico. Em outras palavras, atende mais às expectativas da presença dos vieses profissionalizantes. A classificação finalmente enviada ao CNPq foi a seguinte:

COMUNICAÇÃO (área)

1. Cibercultura e Tecnologias da Comunicação
(subárea)

2. Comunicação Audiovisual:
Cinema, Rádio e Televisão
3. Comunicação Organizacional, Relações Públicas e Propaganda
4. Jornalismo e Editoração
5. Mediações e Interfaces Comunicacionais
6. Teorias da Comunicação

O recuo é visível e significativo. Além de perder as peculiaridades derivadas dos arcabouços teóricos de estudo e retornar à visão a partir das formações profissionais, manteve-se uma visão tendente ao tecnicismo, com a subdivisão das temáticas conforme os meios e não às categorias e fundamentos conceituais da comunicação. Nem por isso, contudo, ela foi admitida pelo CNPq, que, em 2005, divulgou uma tabela preliminar com uma nova classificação das ciências. Nesse documento, a Comunicação é posicionada como área entre as “Ciências Socialmente Aplicadas” (Grande Área) e as subáreas assim formatadas:

13. ÁREA – COMUNICAÇÃO

1. Teorias da Comunicação
2. Processos Sociais
3. Mídias
4. Relações Públicas e Propaganda
5. Estética e Linguagens

A proposta do CNPq desagradou a todos, por sua pobreza temática e, sobretudo, sua descarada incompletude.

Observando todo esse percurso, percebe-se com relativa clareza que a principal tensão estabelecida no debate epistemológico da comunicação diz respeito à dicotomia teoria/prática, que se reproduz no tensionamento entre formação científica e formação profissionalizante. De um lado, percebe-se a fragilidade teórica e epistemológica das teorizações em circulação e, por outro, a vocação do campo acadêmico, especialmente no âmbito das graduações, em buscar o acordo com as exigências técnicas do mercado de trabalho. Certamente que a permanência e a insistência da classificação da comunicação como “ciências sociais aplicadas” é uma das derivações da orientação profissionalizante das áreas da comunicação.

Simon Schwartzman denuncia historicamente como o viés tecnicista ou profissionalizante termina por conduzir o campo pedagógico a um duplo fracasso, ao não se constituir como ciência nem definir perfis profissionais consolidados, embora discordemos deste autor em relação a esta última afirmação.

Na medida em que o sistema de ensino superior brasileiro se expandia, os cursos de ciências sociais tenderam a se disseminar como uma espécie de segunda ou terceira opção para estudantes que não conseguiam entrar nos cursos mais cobiçados, ou para aqueles geralmente mulheres para quem a profissionalização não era uma preocupação fundamental, ou que podiam de fato aspirar a uma carreira de magistério. As novas ‘profissões sociais’ jornalismo, administração, biblioteconomia, comunicações são, em grande medida, uma tentativa frustrada de corrigir esta situação. **Elas abandonam de**

vez a pretensão intelectual das ciências sociais mais estabelecidas, mas não chegam a constituir um conteúdo cognitivo consistente nem a possuir um perfil profissional definido (grifo nosso) (SCHWARTZMAN, 1987, s/p).

A concordância com Schwartzman é apenas parcial. Não é verdadeiro que a área não constituiu com nitidez os perfis profissionais, mas é correto dizer que a construção teórica deixou a desejar, passando a tomar corpo a partir dos últimos anos, especialmente a partir da persistência de debates de mais alto nível situados na Compós.

De qualquer forma, um debate percuciente sobre essa tensão no campo pedagógico da comunicação ultrapassa os limites deste trabalho, razão pela qual este esforço busca destacar apenas a incidência dessa constatação para o tratamento da identificação sobre que tipo de ciência é a comunicação. O tensionamento referido aparece no debate metateórico como a tensão entre ciência básica (também chamada, com problemas, de “ciência pura”) e ciência aplicada.

2. A ciência e as ciências básicas

É no plano epistemológico que ajuizamos sobre a hierarquização das ciências. E, nesse caso, faz parte da tradição iniciada no século XIX a divisão entre as ciências básicas e as aplicadas.

Segundo Grillo (2013), a tarefa da ciência básica é “ampliar a compreensão do real em suas múltiplas dimensões, por meio de teorias, hipóteses,

conceitos e procedimentos científicos”. Por sua vez, o domínio da tecnologia ou das “ciências aplicadas” teria como função a “busca da geração de produtos, de aplicações, de intervenções sobre a realidade social, natural e cultural” (GRILLO, 2013, p. 208).

As chamadas ciências básicas ou puras distinguem-se na história da ciência a partir de várias características, nem sempre coerentes entre si. Trata-se, na verdade, de uma distinção que não é, de forma nenhuma, absoluta. Defendem Xavier e Almeida (2015) que ciências básicas e aplicadas se interpenetram, que não há uma divisão consistente entre ambas, o que teria levado Pasteur a dizer que “não há ciência aplicada; há a aplicação da ciência”. Bronckard (2006) também contesta essa divisão, inclusive na sociologia, revelando, em áreas correlatas, como a linguística e a psicologia, que a divisão entre básica e aplicada é inconsistente, por diferentes razões. Afirma ele que, na segunda metade do século 19, quando as ciências humanas e sociais eram criadas, a disjunção entre o básico e o aplicado, isto é, entre as abordagens teóricas e as empíricas não era tão nítida. Foi a partir do início do século 20 que as

[...] posições que visavam a associar estreitamente a pesquisa básica às intervenções práticas foram sendo questionadas. Com efeito, desenvolveu-se o pensamento de que o procedimento propriamente científico deveria necessariamente implicar a seleção de domínios restritos de investigação, uma

coleta de dados tendendo para uma validade geral e uma organização desses dados no quadro de *mundos formais do saber*, organização essa que deveria estar submetida ao regime de uma lógica descontextualizada. Já as intervenções práticas estariam ligadas a um procedimento nitidamente disjunto: o de uma práxis que não poderia ser organizada de acordo com as regras lógicas de elaboração dos saberes, mas que, ao contrário, se desenvolveria de modo aleatório, sujeita a determinismos múltiplos e heterogêneos do ‘mundo real’ (BRONCKARD, 2006, p. 233).

A expressão “ciência aplicada” é antiga, data de 1817, quando teria sido cunhada por Samuel Taylor Coleridge, a partir do termo alemão kantiano *angewandte Wissenschaft*. A noção de ciência empírica (em contraste com a de “ciência a priori”) seria resultado de um híbrido entre a “science applied” dos ingleses, com a ciência “aplicada às artes”, de origem francesa. A partir de 1870, o conceito de “ciência aplicada” passou a ser utilizado como base epistêmica do ensino técnico na Europa (BUD, 2012).

Nos Estados Unidos, essa divisão não raro é percebida a partir da disjunção utilitarista, na qual a ciência básica (ou “fundamental” ou “criativa” ou, ainda, “newtoniana”) seria “uma posição proeminente em ciência e tecnologia voltada para promover a compreensão humana do universo e de tudo o que nele contém, e melhorar as vidas, a saúde e as liberdades de todos os povos”⁴ (BRANSCOMB, HOLTON e SONNERT, 2000, p. 8), ao passo que as ciências

aplicadas (ou “baconianas”) são aquelas orientadas para a solução de problemas de curto prazo.

Segundo Bronckard (2006), autores como Bühler, Driesch e Vygostsky argumentaram que o vínculo entre teoria e prática deveria ser mantido, mas prevaleceu a orientação contrária, ocasionando uma cisão no interior das ciências humanas e sociais.

Desde os anos 1930, a tendência à divisão acentuou-se e, por razões relacionadas a processos de institucionalização e de valorização social (desde então!), houve, no interior de cada uma das Ciências Humanas/Sociais, uma verdadeira cisão entre os trabalhos de pesquisa pura ou básica e os trabalhos de intervenção prática (BRONCKARD, 2006, p. 234).

Até os anos 1970, essa concepção perdurou, com várias consequências, dentre as quais, pondera Bronckard (2006), foram excluídas do quadro das ciências fundamentais “as dimensões teleológicas, intencionais e motivacionais do *agir humano no mundo*, que tinham sido tão bem analisadas pelos teóricos do primeiro quarto do século” (Op. Cit., p. 235-236).

Alterações dessa tendência surgiram inicialmente na sociologia, a partir do desenvolvimento das chamadas “teorias da ação”, como em Weber e Simmel e, na segunda metade do século 20, em Bourdieu e Habermas. Foi, contudo, mais tardia essa transformação na linguística, com as vertentes pragmáticas, sociolinguísticas e discursivas, as quais, sob influência do segundo Wittgenstein e, depois, de Foucault, contribuíram para promover em definitivo a superação da dicotomia língua/fala, de Saussure, dentro de uma abordagem que recuperava nas condições de contexto, na análise da linguagem⁵. Segundo Bronckard (2006, p. 237), “foi preciso esperar os anos 1970 para que a prática da linguagem em contexto fosse considerada como outro objeto digno de estudo pelas correntes da Pragmática, da Linguística da Enunciação e da Linguística Textual/Discursiva”.

Tais retomadas nas dimensões básicas e aplicadas das diferentes ciências humanas, sociais e da linguagem não eliminaram, contudo, a dicotomia ciência básica e ciência aplicada, em vários sentidos no quadro classificatório das ciências em geral. Eis por que parece útil delimitar os

4 ...a pre-eminent position in Science and technology to advance human understanding of the universe and all it contains, and to improve the lives, health and freedoms of all peoples.

5 Este breve excerto histórico não pretende negar que o debate em torno da dicotomia saussureana esteve presente em diferentes autores, das mais diversas tendências interpretativas, tais como o Círculo Linguístico de Copenhague, a partir de Hjelmslev e Uldall; o formalismo russo e o Círculo Linguístico de Praga, nos termos das críticas a Saussure feitas por Jakobson; o estruturalismo semiótico de Greimas; e a filosofia marxista da linguagem de Volochinov e Bakhtin. O debate estruturado neste trabalho concentra-se, pois, na superação da linguística saussureana apenas e tão somente no sentido da retomada do vínculo entre o saber teórico e os estudos de aplicabilidade da linguagem.

sentidos emprestados às ciências consideradas “básicas”, entre cujos elementos definidores encontra-se a disjunção entre conhecer e saber-fazer, ou entre o conhecimento e sua utilidade. Enfim, das definições existentes ao conceito de ciência básica, indicamos cinco, que podem ser consideradas as principais:

- Ciência básica é a que explora apenas o conhecimento do objeto, ou o “interior” dele, sem preocupação de utilidade ou aplicabilidade.
- Ciência básica é a que inscreve fenômenos universais ou sintéticos, perpassando e fundamentando o domínio de várias ou da maioria de outras ciências.
- Ciência básica é a que historicamente é vista como aquela cuja teoria é fundante, essencial ou fundamental para se saber, inclusive nos processos educacionais.
- Ciência básica é a abordagem teórica fundamental de cada disciplina científica, e assim temos física básica, matemática básica etc.
- Ciência básica é o conteúdo científico que se inscreve no início de uma teoria ou formação.

Ao acionar a reflexão sobre a área da comunicação, efetuando as indagações com base nas categorias das definições listadas, podemos concluir o que segue.

- Há um consistente estudo teórico da comunicação, no campo científico brasileiro, cuja preocupação é genuinamente teórica, isto é, não se vincula à utilidade ou à aplicabilidade da comunicação no mundo.
- Definida como circulação simbólica da produção dos sentidos e apontada como fenômeno, pelos principais teóricos e ensaístas brasileiros da atualidade, a comunicação percorre todos os relacionamentos sociais, das construções identitárias, das lutas por legitimação e das mais diversas atividades cotidianas ou profissionais humanas.
- O mundo contemporâneo, demarcado pela capilarização e a mundialização das tecnologias de comunicação, passa a requerer com urgência uma teoria social da comunicação, mediante a qual a emergência do privado em público, via internet, atinge níveis históricos, o que faz com que essa elaboração teórica se torne fundamental e urgente. Sinalizações dessa articulação teórica podem ser encontradas em diferentes autores, oriundos de diversas áreas, para os quais a grande rede virtual não constitui propriamente uma “mídia”, e sim uma nova “ambiência” comunicacional. A primeira percepção da relação entre tecnologia e cultura como recriadora do espaço vem, sem dúvida, de McLuhan, para quem “toda tecnologia gradualmente cria um ambiente humano totalmente novo” (2005, p. 9), entretanto ainda prevalece,

nesse autor, uma visão instrumental das tecnologias de comunicação, superada por estudiosos mais recentes, inclusive no campo científico brasileiro. A noção de “ambiência comunicacional”, estabelecida pelas transformações provocadas pelas novas tecnologias do virtual, pode ser percebida a partir de um olhar pós-moderno, como “nova ecologia da espécie humana” – sentido que Baudrillard (1995) empresta a uma nova relação (de consumo) do homem com os objetos –, assim como um “biós midiático” – denominação forjada por Sodré (2002), a partir de Aristóteles, para demarcar os novos espaços de ordenamentos estéticos, cognitivos, estéticos e políticos dos contextos de midiaticização das sociedades contemporâneas. Estes e outros autores, de vertente crítica ou não, trazem aportes suficientemente ricos para distinguir a comunicação, magnificada pelas novas tecnologias, como forjadora de múltiplos espaços simbólicos de interação, nos quais são compartilhadas experiências singulares de proximidade e distância, intimidade e estranhamento, entendimento e conflito. Tais dimensões fundamentais são, sem dúvida, o escopo inicial das novas teorizações que enriqueceriam os conteúdos de uma nova ciência básica, destinada a trabalhar os fundamentos da comunicação humana.

- Há, pois, na ciência da comunicação, os conhecimentos que são básicos e os que são aplicados, com enorme incidência dos

primeiros sobre os segundos, uma vez que os processos comunicacionais tendem a ser compreendidos a partir dos pressupostos contidos na definição utilizada para o conceito de comunicação.

- No que respeita a relação entre teoria e sua aplicação no mundo, a comunicação se distingue como sendo um campo de conhecimento que emerge da preocupação em explicar e consolidar o que vinha da experiência prática e profissional, e não o contrário. Como afirmamos em recente texto, a comunicação é um campo em busca de seu objeto (SIGNATES, 2017).

Rigorosamente, a comunicação não é ciência aplicada, pois não reside na aplicação de um conhecimento científico anterior. Todos os campos de relações midiáticas primeiro se fizeram, depois é que veio a compreensão deles. Pelo menos como relações sociais, já que, no âmbito técnico, as tecnologias de comunicação foram, sim, aplicações dos conhecimentos existentes nas ciências físicas e matemáticas.

Entretanto, o viés pragmático da ciência da comunicação parece autoevidente, pois o esforço científico se faz, majoritariamente, embora de forma ainda dispersa, com o debruçar-se sobre as atividades profissionais e sociais. No plano epistemológico, Braga defende que o “desentranhamento” da noção de comunicação seja feito a partir dos estudos especificamente empíricos. Segundo o autor,

Trata-se mesmo de enfrentar a resistência da realidade, cercá-la com nossa problematização e ser capaz de perceber alguma coisa ali que, por mais modesta e singular, antes não era claramente percebida, agora encontra um esclarecimento produzido por nosso trabalho investigativo, de observação sistemática, de questionamentos, de articulação adequada entre os fundamentos teóricos acionados e as dúvidas postas pela construção do objeto (BRAGA, 2011, p. 6).

A natureza heurística da pesquisa empírica parece ser fundamental para propiciar a emergência de uma ciência nova. Isso, contudo, não autoriza considerar a comunicação como uma “ciência aplicada”. Aliás, a diversidade (que, não raro, torna-se visível no campo como dispersão) dos estudos comunicacionais parece indicar o contrário: a amplitude da aplicação da noção de comunicação aos mais diferentes contextos sociais proporciona a suspeita de que a comunicação emerge como uma nova ciência básica, tardia e promissora, embora ainda teoricamente inconsistente.

Tal suspeita aprofunda-se, caso se reconheça que as transformações recentes do panorama mundial das relações humanas alteraram-se profundamente, com a emergência da internet. A internet realiza o impensável ambiente de todos falando ao mesmo tempo: é uma “vuvuzela”⁶ mundial...

3. Clamor de contexto

A hipótese que emerge como corolário deste trabalho é o que provisoriamente denominamos um “clamor de contexto”, isto é, uma demanda social de largas proporções por uma ciência que reconecte a comunicabilidade humana à construção do saber, da ética, da democracia e da justiça social.

Uma rápida análise do contexto comunicacional das sociedades contemporâneas revela que a capilarização íntima das redes sociais virtuais fez com que o falatório privado fosse a público sem filtros. Diferentes autores de variada procedência têm reafirmado essa suspeita. Para Umberto Eco (apud TERRA, 2015), as redes sociais dão o direito à palavra a uma “legião de imbecis” que antes falavam apenas “em um bar e depois de uma taça de vinho, sem prejudicar a coletividade”. Andrew Keen formula uma crítica muito mais ácida, ao citar a chamada “teoria do macaco infinito”, de Huxley, segundo a qual se dermos máquinas de escrever a um número infinito de macacos, um deles eventualmente produziria uma obra prima. Para Keen, a internet propiciou essa experiência, de forma desastrosa⁷:

6 Vuvuzela é o termo dado a um aerofone cilíndrico de cerca de um metro de comprimento, usado por torcedores em jogos de futebol; ficaram famosas durante a Copa do Mundo de Futebol em 2010, na África do Sul. A característica principal das vuvuzelas, que serve à analogia deste texto, era serem tocadas por milhares de torcedores ao mesmo tempo, produzindo um ruído ensurdecedor em todo o estádio.

7 Importante considerar que não se pretende aqui, de nenhuma forma, afirmar-se uma visão tecnicista ou instrumental da comunicação. Na verdade, a internet propiciou a generalização de uma forma de interação comunicacional que não é propriamente uma novidade, mas que ganha dimensões contextuais exponenciais, a partir daquilo que as redes virtuais possibilitaram. Este é o “clamor de contexto”, e não as tecnologias propriamente ditas.

A tecnologia de hoje vincula todos aqueles macacos a todas aquelas máquinas de escrever. Com a diferença de que em nosso mundo Web 2.0 as máquinas de escrever não são mais máquinas de escrever, e sim computadores pessoais conectados em rede, e os macacos não são exatamente macacos, mas usuários da internet. E em vez de criarem obras-primas, esses milhões e milhões de macacos exuberantes — muitos sem mais talento nas artes criativas que nossos primos primatas — estão criando uma interminável floresta de mediocridade (KEEN, apud GOMES, 2015)

À parte das críticas aos conteúdos disseminados na internet, esse movimento que se mundializa trouxe consigo várias alterações na comunicabilidade humana, dentre as quais podemos mencionar:

- o desenvolvimento de novas estratégias de manipulação de conteúdos, de escuta e fiscalização dos sujeitos e, também, de silenciamento. A dinâmica liberdade versus controle ganhou sentidos de larga amplitude e extensa visibilidade (CASTELLS, 2003);
- a força do argumento tem sido continuamente substituída pela repetição e a reverberação. A noção de meme, representada pela visualização massivamente compartilhada de frases e imagens de efeito, demonstra que a circulação constituiu uma espécie de argumento pragmático, no qual o valor de verdade se torna condicionado pela força da reiteração e do compartilhamento (BÖRZSEI, 2013);
- desfazem-se as fronteiras que separavam os polos da dicotomia platônica doxa versus epistème, sem que ela seja substituída por

algo melhor. Ainda estamos longe da previsão socialmente comprometida de Boaventura Santos, de ruptura da ruptura platônica a partir do desenvolvimento de um novo senso comum, um “senso comum esclarecido” (SANTOS, 2000). Não é o saber instruindo a opinião, e sim a opinião invadindo e, não raro, substituindo o saber, numa espécie de “sensocomunização” dos sentidos públicos;

- o corolário desse quadro é que as novas esferas de interação e produção de sentidos constituiu novos modos de apropriação do conhecimento e de tessitura social. Viver é comunicar, com todas as vantagens e riscos. E, nesse sentido, as disputas sociais de sentido, seja pelo estabelecimento das regras de funcionamento, seja pela definição das hierarquias de legitimidade, ganham dimensões não previstas por Bourdieu, em sua teoria dos campos sociais;
- a pragmática democratização dos processos comunicacionais ao longo de todo o tecido social, inclusive dos domínios da intimidade, não traz apenas resultados positivos. Três características, em especial, revelam a desafiante dialética do comunicacional:
- o desafio do Big Data. A cultura da Humanidade torna-se assombrosamente disponível, gerando uma obesidade de informação, cujo principal produto é a ignorância informada. Disponibilidade não quer dizer acesso. Acesso não significa compreensão. E a compreensão não garante o diálogo, a convivência produtiva das

diferenças. Problemas comunicacionais de diferentes níveis se superpõem, ante o oceano de conteúdos e interações (LOHR, 2012; DUMBILL, 2013)⁸;

- o desafio da pós-verdade. A definição de “verdade” nos ambientes virtuais tem seu sentido alterado, graças à pragmática comunicacional da repetição e da reverberação. Verdade não é o contrário de mentira, falsidade ou engano; tais noções devem ser teoricamente reposicionadas, em face da realidade que se apresenta. A nova verdade vem recebendo a denominação de “pós-verdade”, na medida em que a reiteração universal da mensagem pode produzir um efeito irresistível de crença (ROBERTS, 2010; D’ANCONA, 2017; HIGGINS, 2016; MCCOMISKEY, 2017);
- o desafio do fascismo social. Nos ambientes em contínua interação, o diálogo é substituído pela demarcação de posições, o que não seria problemático se a ideia da posição, firmemente afivelada à noção de opinião, não se contrapusesse à própria racionalidade, uma vez que esta é redefinida pragmaticamente (SANTOS, 2007). Nesse quadro, a violência simbólica é capilarizada na forma da radicalização da disputa de opiniões, de identidades em conflito irracional, de novas formas de opressão,

vigilância e controle, e de solidão em público (ECO, 1996). Esses componentes em conjunto liberam o fascismo social virtual. Alguns estudos muito recentes reportam-se ao surgimento de um “neofascismo” (GARCÍA OLASCOAGA, 2018), inclusive como característica de atuação de hackers contemporâneos, que aparentemente vivenciam uma “guinada” à direita nessa perspectiva (SÖDERBERG, 2017).

Esse quadro caótico e mundializado constitui o contexto que, a nosso ver, revela a carência profunda de uma ciência da comunicação que deslinde as matrizes comunicacionais da sociedade que exsurge dessa experiência e revele os conceitos e categorias capazes de não apenas descrevê-la, mas também agir sobre ela.

Sob certo sentido, o mundo contemporâneo evoca a sociedade grega da Antiguidade. Na Grécia Antiga, a retórica era considerada uma das ciências básicas, a cujo aprendizado o jovem ateniense não poderia se furtar sem graves consequências para sua vivência e sua convivência na cidade, já que inexistia, tanto na política, quanto nos juízos, a figura do advogado ou do representante. Naquele contexto, com a emergência dos professores de retórica, os sofistas, emergiu o grande debate sobre a verdade

8 O impacto da noção de Big Data na epistemologia é uma discussão ainda inicial no mundo contemporâneo. Tem ganhado corpo a ideia de “ciência orientada por dados” (“data-driven science”: PROVOST and FAWCETT, 2013), mas as implicações dessas abordagens nas ciências sociais ainda estão por serem definidas (KITCHIN, 2014), sendo preponderantes as discussões éticas e comunicacionais de tais abordagens (CHAN, 2017; MENESES ROCHA, 2018).

como fundamento primaz da argumentação. A defesa do valor de verdade dos conteúdos retóricos, como valor argumentativo por excelência, destacou Sócrates nos seus diálogos infundáveis com os sofistas que lhes foram contemporâneos.

Pois bem, vivemos uma nova fase desse tipo, magnificada pela extensão e a profundidade adquirida pelas tecnologias de comunicação e suas enormes consequências para as interações em todos os níveis. A cidadania estendeu-se à universalização, e as capacidades de fala tendem também à globalidade, embora os estudos demonstrem que a internet também tem suas tribos e culturas “locais”. Entretanto, a dimensão pública da manifestação virtual desafia o cotidiano daquelas pessoas que, anteriormente, apenas se relacionavam face a face ou ponto a ponto (pelos sistemas telefônicos ou de correios, por exemplo), e hoje estabelecem relações múltiplas e manifestam-se publicamente nas redes sociais, inclusive com conteúdos privados.

É este mundo que clama, como os gregos da Antiguidade, pelo aprendizado da comunicação como pragmática fundamental para a vida. Não basta, desta vez, apenas o aprendizado do idioma e da escrita, como a escola acostumou-se a lecionar (mesmo que os livros didáticos de língua portuguesa usualmente tragam em seus títulos a palavra “comunicação”). É preciso que a comunicação emerja como conhecimento

pragmático, relacional, solidário e democrático. Que se lecione a negociação de sentidos, a capacidade de ouvir – que Rubem Alves (1999), anteendo estes significados, denominou curiosamente de “escutatória”, em oposição à “oratória”.

Enfim, talvez seja o caso de considerarmos a comunicação como uma ciência básica tardia, em cujos ombros repousa o dever de desvelar os novos estágios civilizatórios.

Referências

- ALVES, Rubem. Escutatória. In: **O amor que acende a lua**. São Paulo: Papirus, 1999.
- BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos; Lisboa: Edições 70, 1995.
- BÖRZSEI, Linda K. **Makes a meme instead: a concise history of internet memes**. Utrecht University, Select Works, 2013. https://works.bepress.com/linda_borzsei/2/ Acessado em 19/02/2017, às 05h09.
- BOURDIEU, Pierre. Habitus. In: HILLIER, Jean; ROOKSBY, Emma (orgs.) **Habitus: a sense of place**. London: Routledge, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. Le champ scientifique. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 2, n°2-3, juin 1976.
- BRAGA, José L. A constituição do campo da comunicação. **Verso e Reverso**, XXV (58):62-77, janeiro-abril 2011.
- BRAGA, José L. A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós**, Brasília, v.14, n.1, jan./abr. 2011.
- BRANSCOMB, Lewis; HOLTON, Gerald; SONNERT, Gerhard. **Science for society**. <http://citeseerx.ist.psu>.

edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.197.1441&rep=rep1&type=pdf Acessado em 21/04/2018, às 12h36.

BRONCKART, Jean-Paul. Entrar em acordo para agir e agir para entrar em acordo. In: Bronckart, Jean-Paul; MACHADO, Anna R.; MATENCIO, Maria de L. M. Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

BUD, Robert. "Applied Science": a frase in search of a meaning. *Isis (The History of Science Society)*, 2012, n° 103.

CAPES. **Tabelas de áreas do conhecimento/avaliação.** <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>. Acessado em 19/02/2015, às 03h14.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia internet: reflexões sobre a internet, negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHAN, Sarah. Bioethics in the big data era: health care and beyond. *Revista de Bioética e Derecho*, Dossier Big Data, n° 41, p. 3-32, 2017.

D'ANCONA, Matthew. **Post-truth: the new war on truth and how to fight back.** London : Ebury Press Publisher, 2017.

DUMBILL, Edd. Making sense of big data. *Mary Ann Liebert, INC.* v. 1 n° 1. <http://online.liebertpub.com/doi/pdf/10.1089/big.2012.1503> Acessado em 19/02/2017, às 05h30.

ECO, Umberto. **Da internet a Gutenberg.** http://matematicaprofivete.pbworks.com/w/file/51076762/Da%20Internet%20a%20Gutenberg_umbertoeco.pdf Acessado em 19/02/2017, às 04h30.

GARCÍA OLASCOAGA, Omar. Presencia del neofascismo en las democracias europeas contemporáneas. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n° 162, p. 3-20, 2018.

GOMES, Karine do P. F. **Macacos, imbecis e idiotas? Esboço sobre um possível resgate da humanidade**

perdida no mundo virtual. II Congresso Nacional Net-Ativismo, out-nov/2015. <http://www.netactivism.net/anais2015/GT7/karine-do-prado-ferreira-gomes.pdf> Acessado em 19/02/2017, às 04h57.

GRILLO, Sheila V. de C. **Divulgação científica: linguagens, esferas e gêneros.** São Paulo : FFCHL/ USP, 2013 (Tese de doutoramento).

HIGGINS, Kathleen. Post-truth: a guide for the perplexed. *Nature*, v. 540, n. 9, December 2016. Disponível em: <https://www.nature.com/news/post-truth-a-guide-for-the-perplexed-1.21054> Acesso em 26/02/2018.

KITCHIN, Rob. Big Data, new epistemologies and paradigm shifts. *Big Data & Society*, April–June/2014.

LOHR, Steve. The age of big data. *New York Times*. http://s3.amazonaws.com/academia.edu/documents/34393761/2_The_New_York_Times_on_The_Age_of_Big_Data.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1487496233&Signature=k2ywNUQ%2FaLDg%2BuvCLwe0IGf78f8%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3D2_The_New_York_Times_on_The_Age_of_Big_D.pdf Acessado em 19/02/2017, às 05h25.

MARTINO, Luiz Mauro. **Trilhas da investigação epistemológica: O GT de Epistemologia da Comunicação da Compós.** Belém-PA : GT Epistemologia da Comunicação/Compós, 2014. (paper)

MATEUS, Sandra. **As classificações classificam os classificadores?** Notas sobre os processos de categorização na construção de conhecimento sobre os descendentes de imigrantes. Lisboa: CIES-IUL, 2013.

MCCOMISKEY, Bruce. **Post Truth Rhetoric and Composition.** Boulder: The University Press of Colorado, 2017.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** São Paulo: Cultrix, 2005.

MENESES ROCHA, Maria E. Grandes datos, grandes desafíos para las ciencias sociales. *Revista Mexicana*

de **Sociologia**. 80, n° 2, abril-junio/2018.

PAVIANI, Jayme. Interdisciplinaridade ou uma nova disciplina? <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppge/files/2010/11/Interdisciplinaridade-Paviani.pdf>. Acessado em 19/02/2015, às 12h08.

PROVOST, Foster; FAWCETT, Tom. Data science and its relationship to big data and data-driven decision making. **Big data**, v. 1, n. 1, p. 51-59, 2013.

ROBERTS, David. **Post-truth politics**. <http://grist.org/article/2010-03-30-post-truth-politics/> Acessado em 19/02/2017, às 05h21.

ROMANCINI, Richard. **O campo científico da comunicação no Brasil**: institucionalização e capital científico. São Paulo: ECA/USP, 2007. (Tese de doutoramento).

SAMAIN, Etienne. Gregory Bateson: rumo a uma epistemologia da comunicação. **Ciberlegenda**. Edição Especial n° 5. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, 2001. <http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/issue/view/19/showToc>. Acessado em 18/02/2015 às 15h51.

SANTOS, Boaventura de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos Cebrap**, n° 79, São Paulo, nov/2007. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000300004&script=sci_arttext Acessado em 19/02/2017, às 05h33.

SCHWARTZMAN, Simon. A redescoberta da cultura: a força do novo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 5, 2, 1987, p. 42-66. <http://www.schwartzman.org.br/simon/redesc/novo.htm> Acessado em 16/02/2017 às 3h46.

SIGNATES, Luiz. Jornalismo como dispositivo comunicacional. In: MORAES, Ângela T.; MAIA, Juarez F

de; FARIAS, Salvio J. P. (orgs) **Estudos contemporâneos em jornalismo**. Goiânia: FIC/UFG, 2017.

SODERBERG, Johan. What Are the Theoretical Lessons when Agnostic Hacker Politics Turn to the Right? **Media Theory**, v. 1, n. 1, p. 103-106, 2017.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

SOUZA, Rosely F. de. Áreas do conhecimento. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, v. 3, n° 2, abril de 2004.

TERRA. **Educação**. <http://noticias.terra.com.br/educacao/redes-sociais-deram-voz-a-legiao-de-imbecis-diz-umberto-eco,6fc187c948a383255d784b70cab16129m6t0RCRD.html> Acessado em 19/02/2017, às 04h39.

XAVIER, Miriam B.; ALMEIDA, Thalyson A. N. C. de. Reflexões sobre ciência, tecnologia e bioética. http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/saude_foco/artigos/ano2015/reflexoes.pdf Acessado em 17/02/2017, às 16h59.

Communication as late basic science: hypothesis in discussion

Abstract

This paper investigates what type of science is (or could be) communication, raising the hypothesis of constitutes a late basic science. In order to do this, we investigate the classification of sciences in Brazil and the positioning of communication as applied social science, examining the conflict over the definition of subareas in the field and with Capes, as a tension between the theoretical-scientific apprehension and the professionalization process of communication. Then, it seeks out to evaluate in which ways communication can be considered an applied science, in contrast to the categories that define the basic sciences. Finally, the hypothesis presented in this research is released, based on the evidence that the development of communication has aspects of basic science and on the deep changes in social relations brought by the emergence of communication technologies, especially the internet, and its ways of being and living.

Keywords

Epistemology of communication. Communication: applied science. Communication: basic Science

La comunicación como ciencia básica tardía: una hipótesis para el debate

Resumen

Este trabajo indaga que tipo de ciencia es (o puede ser) la comunicación, aventando la hipótesis de, en vista de evaluaciones epistemológicas y de contexto histórico-social, constituirse como una ciencia básica tardía. Para ello, se investiga la clasificación de las ciencias en Brasil y el posicionamiento de la comunicación como ciencia social aplicada, examinando el conflicto sobre la definición de las subáreas en el interior del campo y con la Capes, como una tensión entre la aprehensión teórico-científica y la profesional de la comunicación. A continuación, se busca evaluar hasta qué punto la comunicación puede ser considerada una ciencia aplicada, en contraste con las categorías que definen las ciencias básicas. Por último, se lanza la hipótesis que titula este trabajo, con base en las evidencias de que el desarrollo de la comunicación tiene aspectos de ciencia básica y en las profundas alteraciones de las relaciones sociales traídas por la emergencia de las tecnologías de comunicación, sobre todo Internet, y sus modos de ser y vivir.

Palabras-clave

Epistemología de la comunicación. Comunicación: ciencia aplicada. Comunicación: ciencia básica.

Expediente

A revista E-Compós é a publicação científica em formato eletrônico da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Lançada em 2004, tem como principal finalidade difundir a produção acadêmica de pesquisadores da área de Comunicação, inseridos em instituições do Brasil e do exterior.

E-COMPÓS | www.e-compos.org.br | E-ISSN 1808-2599

Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação.

Brasília, v.21, n.2, maio/ago. 2018.

A identificação das edições, a partir de 2008, passa a ser volume anual com três números.

Indexada por Latindex | www.latindex.unam.mx

CONSELHO EDITORIAL

Ada Cristina Machado Silveira, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Alda Cristina Silva da Costa, Universidade Federal do Pará, Brasil

Alfredo Luiz Paes de Oliveira Suppia, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Ana Regina Barros Rego Leal, Universidade Federal do Piauí, Brasil

Ana Carolina Rocha Pessoa Temer, Universidade Federal de Goiás, Brasil

André Luiz Martins Lemos, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Angela Cristina Salgueiro Marques, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Ângela Freire Prysthon, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Anna Cristina Parterra, Western Sidney University - Austrália

Antonio Carlos Hohlfeldt, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Arthur Ituassu, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

Bruno Campanella, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Bushra Rahman, University of the Punjab, Paquistão

Cláudio Novaes Pinto Coelho, Faculdade Cásper Líbero, Brasil

Cárlida Emerim, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Carlos Del Valle Rojas, Universidad de La Frontera, Chile

Carlos Eduardo Franciscato, Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Danilo Rothberg, Universidade Estadual Paulista, Brasil

Denise Tavares da Silva, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Diógenes Lycarião, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Doris Martínez Vizcarrondo, Universidad de Porto Rico, Porto Rico

Eduardo Vicente, Universidade de São Paulo, Brasil

Eliza Bachega Casadei, Escola Superior de Propaganda e Marketing – SP, Brasil

Elvira Gomes dos Reis, Universidade do Cabo Verde, Cabo Verde

Eneus Trindade, Universidade de São Paulo, Brasil

Erick Felinto de Oliveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Erick Torrico, Universidad Andina Simón Bolívar, Bolívia

Erlly Vieira Júnior, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Fabio La Rocca, Université Paul Valéry Montpellier III, França

Fernando Firmino da Silva, Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Francisco de Assis, FIAM-FAAM Centro Universitário, Brasil

Francisco Elinaldo Teixeira, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Francisco Gilson R. Pôrto Jr., Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Francisco Sierra Caballero, Ciespal, Equador

Frederico de Mello Brandão Tavares, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Gabriela Reinaldo, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Gérman Rey, Pontifícia Universidad Javeriana, Colômbia

Gilson Vieira Monteiro, Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Gustavo Daudt Fischer, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Gustavo Hernández Díaz, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

Heidi Figueroa Sarriera, Universidad de Puerto Rico, Porto Rico

Ignacio Aguaded, Universidad Huelva, Espanha

Inesita Soares de Araújo, FIOCRUZ, Brasil

Itania Maria Mota Gomes, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Jiani Adriana Bonin, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

João Carlos Correia, Universidade de Beira Interior, Portugal

Jonathan Cohen, da University of Haifa, Israel

José Afonso da Silva Junior, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

José Luiz Aidar Prado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Josette Maria Monzani, Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Juçara Gorski Brittes, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Julián Durazo Herrmann, Université du Québec à Montréal

Juliana Freire Gutmann, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Karla Covarrubias, Universidad de Colima, México

Laura Loguercio Cânepa, Universidade Anhembi Morumbi, Brasil

Leonel Azevedo de Aguiar, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

Leticia Cantarella Matheus, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ling Chen, Hong Kong Baptist University

Luciana Coutinho Souza, Universidade de Sorocaba, Brasil

Maria Ataíde Malcher, Universidade Federal do Pará, Brasil

Maria Elena Hernández Ramírez, Universidad de Guadalajara, México

Maria Elisabete Antonioli, Escola Superior de Propaganda e Marketing – SP, Brasil

Maria das Graças Pinto Coelho, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Maria Teresa Quiroz, Universidad de Lima, Peru

Marialva Carlos Barbosa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Marina Poggi, Universidad Nacional de Quilmes, Argentina

Marcel Vieira Barreto Silva, Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Marcia Tondato, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Marli Santos, Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Márcio Souza Gonçalves, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Mateus Yuri Passos, Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Mauricio Mario Monteiro, Universidade Anhembi Morumbi, Brasil

Mayka Castellano, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Mirna Varela, Instituto de Buenos Aires, Argentina

Mozahir Salomão Bruck, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Neyla Pardo, Universidad Nacional de Colombia, Colombia

Nísia Martins Rosario, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Olga Guedes Bailey, Nottingham Trent University, Inglaterra

Paolo Demuru, Universidade Paulista, Brasil

Paolo Peverini, L.O.U.I.S.S de Roma, Itália

Paško Bilić, Institute for Development and International Relations, Croácia

Paula Melani Rocha, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Potiguara Mendes Silveira Jr, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Priscila Ferreira Perazzo, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Brasil

Rafael Cardoso Sampaio, Universidade Federal do Paraná, Brasil

Rafael Tassi Teixeira, Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil

Regiane Lucas Garcês, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Regiane Regina Ribeiro, Universidade Federal do Paraná, Brasil

Renata Pitombo Cidreira, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Renato Essfelder, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Roberto Elísio dos Santos, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Brasil

Robson Borges Dias, Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasil

Rodolfo Rorato Londero, Universidade Estadual de Londrina, Brasil

Rosario Sánchez Vilela, Universidad Católica del Uruguay, Uruguai

Roseli Figaro, Universidade de São Paulo, Brasil

Saima Saeed, Jamia Millia Islamia, Índia

Sara Brandelero, Leyden University, Holanda

Simone Maria Andrade Pereira de Sá, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Sônia Caldas Pessoa, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Sun Sun Lim, Singapore University of Technology and Design, Singapura

Tatiana Oliveira Siciliano, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

Thaís de Mendonça Jorge, Universidade de Brasília, Brasil

Valquiria Michela John, Universidade Federal do Paraná, Brasil

Vicki Mayer, Tulane University, Estados Unidos

Yamile Haber Guerra, Universidad de Oriente, Cuba

CONSELHO CIENTÍFICO

Cristiane Freitas Gutfreind, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil | **Eduardo Antônio de Jesus**, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil | **Eduardo Morettin**, Universidade de São Paulo, Brasil | **Irene de Araújo Machado**, Universidade de São Paulo, Brasil | **Miriam de Souza Rossini**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

COMISSÃO EDITORIAL

Igor Pinto Sacramento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil | **Kelly Cristina de Souza Prudencio**, Universidade Federal do Paraná, Brasil | **Osmar Gonçalves dos Reis Filho**, Universidade Federal do Ceará, Brasil | **Rafael Grohmann**, Faculdade Cásper Líbero, Brasil | **Thaiane Moreira de Oliveira**, Universidade Federal Fluminense, Brasil (editores associados)

CONSULTORES AD HOC

Alessandro Constantino Gamo, Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) | **Amanda Mauricio Pereira Leite**, Universidade Federal do Tocantins (UFT) | **Amílcar Almeida Bezerra**, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) | **Ana Carolina Damboriarena Escosteguy**, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) | **Ana Luiza Coiro Moraes**, Faculdade Cásper Líbero | **Antonio Pacca Fatorelli**, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) | **Ariane Diniz Holzbach**, Universidade Federal Fluminense (UFF) | **Benjamin Picado**, Universidade Federal Fluminense (UFF) | **César Augusto Baio dos Santos**, Universidade Federal do Ceará (UFC) | **César Geraldo Guimarães**, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) | **César Ricardo Siqueira Bolaño**, Universidade de Brasília (UNB) | **Ciro Marcondes Filho**, Universidade de São Paulo (USP) | **Felipe Simão Pontes**, Universidade Estadual de Ponta Grossa | **Felipe Trotta**, Universidade Federal Fluminense (UFF) | **Gislene da Silva**, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | **Kati Caetano**, Universidade Tuiuti do Paraná | **Laan Mendes de Barros**, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho | **Lucia Leão**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) | **Jairo Getulio Ferreira**, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) | **Juliana Doretto**, FIAM-FAAM | **Juliano Maurício de Carvalho**, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho | **Lilian Cristina Monteiro França**, Universidade Federal de Sergipe | **Liziane Soares Guazina**, Universidade de Brasília (UNB) | **Luís Mauro Sá Martino**, Faculdade Cásper Líbero | **Luiz Peres Neto**, Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) | **Herom Vargas**, Universidade Metodista de São Paulo | **Inês Sílvia Vitorino Sampaio**, Universidade Federal do Ceará (UFC) | **Maria Helena Weber**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG) | **Mariana Baltar**, Universidade Federal Fluminense (UFF) | **Maurício de Bragança**, Universidade Federal Fluminense (UFF) | **Mauro de Souza Ventura**, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho | **Muniz Sodre de Araujo Cabral**, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) | **Nuno Manna**, Universidade Federal da Bahia (UFBA) | **Rosana de Lima Soares**, Universidade de São Paulo (USP) | **Sandra Maria Lúcia Pereira Gonçalves**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG) | **Sérgio Luiz Gadini**, Universidade Estadual de Ponta Grossa | **Talitha Gomes Ferraz**, Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) | **Victa de Carvalho Pereira da Silva**, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

EQUIPE TÉCNICA

ASSISTENTES EDITORIAL **Melina Santos** | REVISÃO DE TEXTOS **Fátima Áli** | EDITORAÇÃO ELETRÔNICA **Roka Estúdio**

COMPÓS | www.compos.org.br

Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação

Presidente

Marco Roxo

Programa de Pós-Graduação em Comunicação – UFF

marcos-roxo@uol.com.br

Vice-Presidente

Isaltina Gomes

Programa de Pós-Graduação em Comunicação – UFPE

isaltina@gmail.com

Secretária-Geral

Gisela Castro

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo – ESPM

castro.gisela@gmail.com

CONTATO | revistaecompos@gmail.com